



O ECOFEMINISMO COMO MOVIMENTO DE MULHERES: a valorização da mulher e o exercício da cidadania

Nathalia Konzen da Silva¹
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
nathaliakonzendasilva@outlook.com.br

Josirene Candido Londero²
Instituto de Pesquisas de Santa Cruz do Sul (IPESC)
josirenelondero@terra.com.br

RESUMO: O presente estudo busca evidenciar o Ecofeminismo como movimento de mulheres para a valorização da participação feminina nos contextos sociais. O Ecofeminismo é um movimento de mulheres, que teve como precursora a francesa Françoise D'Eaubonne. Os movimentos de mulheres são enfocados aqui no contexto global de maneira introdutória e, no caso brasileiro, em dois períodos específicos: o período que antecedeu e o que sucedeu o advento da Constituição de 1988. Para retratar esse contexto, o estudo enfoca o Ecofeminismo e a justiça ambiental para a valorização da mulher e o exercício da cidadania. A pesquisa é qualitativa, ancorada no método dedutivo e calcada nas fontes bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo; movimento de mulheres; valorização da mulher.

ABSTRACT *This study seeks to show the Ecofeminism as women's movement to the enhancement of women's participation in social contexts. The Ecofeminism is a women's movement , which had as its forerunner the French Françoise D' Eaubonne . Women's movements are focused here in the global context, in Brazil, in two specific periods , namely the period before and what happened the advent of the Constitution of 1988. To portray this context, the study focuses on the Ecofeminism and environmental justice for the empowerment of women . The research is qualitative and the method is deductive , based on the literature .*

KEY-WORDS: *Ecofeminism; women's movement; woman appreciation.*

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNISC/SCS/RS. Pesquisadora do Instituto der Pesquisas de Santa Cruz do Sul (IPESC). E-mail: nathaliakonzendasilva@outlook.com.

² Doutora em Desenvolvimento (UNISC); Mestre em Direito (PUC/RS); Graduada em Direito (UNIJUÍ). Advogada militante no Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Instituto der Pesquisas de Santa Cruz do Sul (IPESC) E-mail: josirenelondero@terra.com.br



1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios mais importantes para o futuro é a organização da plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Nesse sentido, a existência de movimentos de mulheres tem sido o caminho que melhor atende às necessidades de participação feminina. A aposta pela organização de movimentos feministas resta imperiosa, para que as mulheres atinjam o objetivo de participação comunitária com igualdade. Há, na atualidade, experiências importantes que afetam as transformações sociais, as relações entre homens e mulheres, a autonomia feminina, a independência das mulheres, bem como sua participação ativa nas questões sociais.

Assim, o avanço das mulheres tem sido extraordinário pelo esforço de associações de mulheres e do movimento feminista. Evidencia-se, ainda, a ação do Poder Público para que as mulheres participem, ativamente, em todos os âmbitos da vida social, demonstrando maior protagonismo, alcançando, também, os aspectos econômico e político. Isto porque, nos últimos anos, os conceitos de sociedade e de cidadania ganharam lugar de destaque para a concepção de políticas públicas para a mulher.

Uma dessas situações vem sendo consubstanciada no movimento chamado de Ecofeminismo. Esta corrente representa ligação entre os movimentos feministas e ecológicos e tem apresentado crescimento significativo. A mulher e a natureza, representaram para o homem objetos de dominação e subjuço, quando sobressaiu-se o patriarcado sobre o matriarcado. No entanto, percebe-se que esse contexto vem apresentando alterações, atualmente e, a exemplo da insurreição feminina, a natureza tem se revoltado provocando catástrofes, pois o indivíduo masculino, grande precursor de desenvolvimento dos séculos passados principalmente dos XVIII e XIX, quando ocorreu a Revolução Industrial na Europa, abusou dos recursos naturais para seu engrandecimento e dominação.

De mesma forma, historicamente, a mulher vem sendo explorada pelo homem, relegada como segundo sexo e, farta desse contexto, tenta encontrar seu lugar na sociedade. “Ninguém nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1980, p. 8) representa o grito feminino no mundo masculino. O ser mulher é uma imposição masculina, criada culturalmente, para que esta seja inferior ao homem. Sendo assim, as mulheres encontraram nas correntes ecológicas, uma



forma de proteger o Outro oprimido e impor-se como ser ativo socialmente (RODRIGUEZ, s/a, p. 3).

Nessa linha, o presente estudo vem dividido em três partes, sendo que, na primeira, serão evidenciados os movimentos de mulheres nos períodos que precederam e sucederam a Constituição de 1988. Na segunda parte, tratar-se-á do Ecofeminismo enquanto movimento de mulheres no pensamento de Françoise D'Eaubonne e, no último tópico, será abordada a valorização da mulher a partir do Ecofeminismo. A pesquisa é qualitativa, fundamentada no método dedutivo e os resultados esperados foram plenamente alcançados à luz da análise bibliográfica.

2 O EMPODERAMENTO FEMININO NO MUNDO

Discriminadas socialmente, as mulheres foram seres colocados à margem da sociedade ao longo dos séculos, por conceitos machistas que conduzem à ideia de supremacia, através do poder sexual (BEAUVOIR, 1967, p.16). Não há registros de quando começaram a surgir as ideias feministas de liberdade e igualdade entre os sexos. No entanto, especialistas atribuem os ideais feministas às ideias criadas pelos iluministas do século XVIII (CANCIAN, 2008, p. 1). A partir dessa linha de

pensamento, surgiram, no século XX, ativistas feministas, como Simone de Beauvoir e Françoise D'Eaubonne, que possuíam visões vanguardistas sobre os direitos femininos e sobre o papel que a cultura representa para o empoderamento feminino.

Ao tratar-se de feminismo, sobretudo relativamente ao Ecofeminismo, surge Françoise D'Eaubonne, que foi uma feminista nascida em 1920, na cidade de Paris, que tratou, principalmente, de questões femininas, ambientais e homossexuais. Tornou-se pouco conhecida por ter estado à sombra de outra grande feminista, Simone de Beauvoir, a quem defendeu quando foi atacada por seu polêmico livro *O Segundo Sexo*. (GOLDBLUM, 2010). O movimento ecofeminista iniciou-se em 1974, com a publicação do livro da primeira autora, *Le féminisme ou La Mort (Feminismo ou Morte)*, no qual ela defende que a mulher deve ser precursora nas transformações de pensamento de gênero, utilizando a Ecologia, impulsionando uma revolução ecológica capaz de salvar o planeta e promover o empoderamento feminino. A partir deste conceito inicial, as mulheres ingressaram na causa e vêm contribuindo para o movimento direta ou indiretamente (ALENCAR; PEDRO, s/a, p. 1).



Uma grande admiradora dos ideais ecofeministas e que, por meio de seu artigo denominado *O que é Ecofeminismo?*, publicado em 1980, trouxe grande visualização mundial para a causa, é Ynestra King (MILES, s/a, p. 1), declarada feminista anarquista e que defende a utilidade política para encontrar afinidade entre a mulher e a natureza. Diferentemente de outras ecofeministas que descartam essa ideia, King, acredita que nas sociedades machistas, ainda a mulher é vista como mais próxima da natureza biologicamente, o que permite aduzir que esse discurso permite a interligação de ambas as causas: feministas e ecológicas (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 231). Também Vandana Shiva faz parte do grupo de mulheres que lutam pela causa. Diretora da Fundação para a Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Ecologia de Nova Deli, tornou-se mundialmente reconhecida por ser a líder do movimento Chipko, em que ela e outras mulheres impediam o corte de árvores em florestas, atando-se a elas, na Índia. Autora do livro *Tierra, vida, agua, mujer* (Terra, Vida, Água, Mulher), Vandana defende que a Ecologia e o feminismo são capazes de se unir na luta pela igualdade nas relações entre os sexos, que pertencem a mesma espécie na natureza (TORRES, 2012).

No mesmo sentido, a americana Rachel Carson, que foi bióloga e escritora, em

1962, publicou o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), denunciando a contaminação que o uso de pesticidas gerava no solo e na água. Este livro é admirado mundialmente por diversos ambientalistas, que o consideram a Bíblia do Ambientalismo (TORRES, 2012, p. 1). Carson (1962) abandonou o emprego para dedicar-se, exclusivamente, à escrita em defesa do meio ambiente. Anteriormente a *Silent Spring*, a autora já havia escrito três livros aclamados sobre a vida marinha, mas foi este que a conduziu ao abandono de sua carreira no Ministério da pesca dos Estados Unidos (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 224).

2.2 O movimento de mulheres no Brasil antes e após a Constituição de 1988

Os movimentos feministas dos anos setenta foram incorporados às mobilizações que buscavam as reivindicações contra a discriminação que as mulheres enfrentavam. Essas reivindicações passaram a formar uma agenda pública, tanto que nos anos 1980 e 1990 foram criadas as instâncias institucionais que impulsionaram as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para a eliminação contra as mulheres (ASTELARRA, 2009). Tanto as organizações internacionais, os Estados Nações aceitaram que a desigualdade em relação às mulheres consistia em um grave problema social que



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

precisava ser resolvido. Os movimentos feministas, então, tiveram vez e, por meio de mobilizações, as mulheres tiveram visibilidade, o que permitiu que suas vozes fossem ouvidas (VILLOTA, 1998).

No Brasil, nos anos que sucederam a Constituição de 1988, especialmente por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, grupos de mulheres organizavam-se como *lobbyistas*, como forma de influenciarem os constituintes a inserirem na nova Carta dispositivos referentes à causa das mulheres. À época, Eva Blay, Jaqueline Pitanghy capitanearam esses episódios que marcaram a história. Mais tarde, em 1992, ocorreu a ECO92 (de 3 a 14 de junho, na cidade do Rio de Janeiro), em que mulheres, como a ativista social Vandana Shiva, participaram defendendo a ideia do Ecofeminismo no espaço Planeta Fêmea, criado através das ideias feministas, porém, como a ideia era recente, foi discriminada pelas demais ativistas femininas da época (RODRIGUEZ, s/a, p. 2). Naquele momento histórico, tudo que o movimento feminista esperava era lutar por direitos iguais de gênero, não tendo a visão futurística, como de Françoise D'Eaubonne, que criou a ideia de companheirismo entre as causas feministas e ambientais para que, juntas, saíssem de seu plano de opressão.

Durante os anos 1990, as manifestações que ocorreram em prol do meio ambiente e, até mesmo em associação com a causa feminista, foram quase totalmente ignoradas. Além de ser um debate muito recente em um país subdesenvolvido, perdiam espaço as discussões ecofeministas para os movimentos sociais que surgiam. Através de ONGS (organizações não governamentais), novos assuntos que para a sociedade da época eram mais relevantes, começaram a ser debatidos, como a pobreza, por exemplo, relegando-se o ecofeminismo a segundo patamar (RODRIGUES, 2000).

No início dos anos 2000, a marca de Mercado Verde, por pressão internacional, tornou-se moda entre as empresas, com discursos de respeito ao meio ambiente (BARQUET, 2010). Porém, foi o movimento feminista que mais se evidenciou no início do novo século, principalmente com a pressão mundial sobre o caso de Maria da Penha, o que culminou com a publicação da lei específica, em 2006 (COMPROMISSO E ATITUDE, 2012).

Na contemporaneidade, diversas são as formas de conscientização da população acerca da importância da conservação do meio ambiente. Assim como mulheres continuam sendo violentadas nas ruas, oprimidas no mercado de trabalho ou, até mesmo, humilhadas nas universidades (SOUZA, 2008), também os desastres



ambientais continuam a ser verificados, causados pelos mesmos agentes: o homem e o capitalismo, deduzindo-se daí que não surtiram efeitos os ideais das indústrias verdes do início do século XXI. Isso porque, a ganância advinda dos ideais capitalistas resulta em desastres ambientais, que nenhum movimento ecológico é capaz de prever ou combater sozinho. O maior desastre ecológico da história do Brasil foi o desastre de Mariana, que teve como culpada a empresa SAMARCO e que aconteceu no ano de 2015, em Minas Gerais. Este desastre comprova que a ambição das multinacionais se sobrepõe aos ideais de um futuro melhor para os povos (VALE, 2015). Movimentos ambientais e feministas continuam a trabalhar para combater estes casos, mas, é a conscientização individual que interfere no resultado final.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, a partir da lição de Marconi e Lakatos (2000), que explicam e traduzem essa espécie de pesquisa como sendo aquela que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. A abordagem qualitativa traduz a pesquisa, que tem como premissa a análise e a interpretação de aspectos mais profundos, descrevendo a

complexidade do comportamento humano e, ainda mais, fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento humano em relação ao meio ambiente, conforme a proposta deste estudo. Assim, o que se percebe é que a ênfase da pesquisa qualitativa se volta para os processos e significados. Nesse sentido, “a pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 1990, p.42).

No que concerne ao método empregado nessa pesquisa, tem-se que o exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que, supostamente, constituem as premissas do pensamento racional. Após as deduções, chega-se às conclusões (LAKATOS, MARCONI, 2000). Esse discurso é corroborado pelo entendimento de Gil (1990, p. 22), para quem o método dedutivo “procede do geral para o particular”, partindo dos princípios gerais que permitem as deduções “a partir de duas proposições chamadas premissas, que retiram uma terceira, nelas logicamente implicadas, chamadas conclusão”.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa foram satisfatórios, na medida em



que o estudo permitiu verificar que apesar de a luta feminina ter agregado o ecofeminismo e este movimento ter consubstanciado importante força na luta das mulheres, ainda é incipiente, necessitando-se maior engajamento em suas manifestações.

4 O ECOFEMINISMO, A JUSTIÇA AMBIENTAL E A CIDADANIA

A ideia de Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos da América, em 1960. Populações pobres reivindicavam justiça, já que os resíduos tóxicos das fábricas eram depositados em locais próximos das casas dos menos afortunados. No sistema brasileiro atual, predomina a ideia da injustiça ambiental, pois é inquestionável o abandono da população de classes mais baixas, se considerado o ambiente em que vivem. (DOUGLAS, 2011).

Movimentos sociais, sindicatos, ONGS, entidades indígenas, pesquisadores universitários, em 2001, presentes ao Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ, criaram a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Na oportunidade, foram debatidos problemas como o modelo de desenvolvimento brasileiro, que destina as maiores cargas de danos ambientais às populações mais carentes. O Fórum Social

Mundial de Porto Alegre, em 2002, foi o espaço escolhido para o lançamento do movimento, já que esse evento favorece a articulação de entidades e movimentos por justiça ambiental, no Brasil e no mundo. Aliás, o conceito de justiça ambiental é entendido como “um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social suporte parcela desproporcional das consequências ambientais negativas” de caráter econômico, político, social e de “programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas” (PORTO, 2009, p. 5-6).

Dentre as medidas adotadas para que a conservação do meio ambiente, o Protocolo de Kyoto (2008-2012) determinou que as nações industrializadas deveriam reduzir a emissão de carbono na atmosfera. Assim, foram criados os créditos de carbono e cada país obteve uma quantia para emitir. No entanto, era possível um país comprar créditos do outro, manipulando, desta forma, uma medida que deveria auxiliar a todos os países (LAGARES, 2007). Seguindo essa linha, é possível detectar que movimentos em prol do ambiente são efetivados e o Ecofeminismo não poderia ser esquecido.

O Ecofeminismo tem como objetivo auxiliar na libertação feminina através de causas ambientais (CAPRA, 2010, p. 1). Desta forma, todo e qualquer movimento que



envolva o meio ambiente e/ou causas femininas, poderá ter representatividade que defenda aos ideais ecofeministas. Ao tratar o conceito de Justiça Ambiental na atualidade, o auxílio do movimento ecofeminista traduz-se na justiça socioambiental, que busca defender os direitos de todos os cidadãos ao meio ambiente sustentável, incentivando sua participação nas decisões políticas (ARANTES; GUEDES, 2010).

A ideia de Justiça Socioambiental trás inserido o movimento Ecofeminista. Esse conceito prevê a inclusão do cidadão (independente de sexo, raça, renda, etc.) integralmente ligado ao processo de decisão sobre o acesso e uso dado aos recursos naturais, de forma a garantir proteção equânime em relação aos potenciais danos ambientais e à saúde que as atividades propostas para serem implementadas em seus territórios possam causar. [...] (ARANTES; GUEDES. 2010, p. 17-18).

Sob a ótica da justiça ambiental, é correto afirmar que “a sustentabilidade só pode ser garantida por meio da participação efetiva de todos os grupos sociais nos processos decisórios sobre o uso e acesso aos recursos naturais”, estabelecendo a superação das desigualdades, razão pela qual “o ecologismo engajado dever ser aquele que se comprometa com o combate a todas as formas de discriminação, que incorpore as lutas antirracista, antissexista e a contra o patriarcado” (ARANTES; GUEDES. 2010, p. 17-18). Movimentos em busca de Justiça Ambiental tendem a atrair a atenção das mulheres brasileiras por diversas razões,

sobretudo, quando envolvidos espaços de pessoas desfavorecidas, como nas favelas brasileiras, locais em que a população é mais afetada pela injustiça ambiental, já que sujeita a esgotos a céu aberto, lixos e problemas ambientais. Construções irregulares contribuem para esse contexto negativo, além do preconceito em razão da pobreza e da marginalidade (RAMOS, 2014). Este interesse do Ecofeminismo nas favelas justifica-se em função de 51,2% dos moradores de favelas, no Brasil, serem mulheres. Destas, 70% são mães e 44% delas chefiam seus lares (TEIXEIRA, 2015). Busca-se assim, através de movimentos auxiliar no combate ou, pelo menos, na redução do descaso em relação a esses locais, se comparado a zonas mais nobres. Tudo para a valorização e o exercício da cidadania pelas mulheres, estabelecendo liame com a natureza.

Aliás, a primeira tentativa de ligação da mulher com a natureza advém da cultura grega antiga, com o culto à Mãe Terra, Gaia. Outras religiões pagãs como os vikings e os celtas idolatravam a deusa e, por tal razão, protegiam suas mulheres, pois elas eram consideradas iguais à Gaia, capaz de gerar a vida, pelo nascimento, alimento, através do leite e, ainda, conforme a lua, sangravam em remissão de seus pecados. Indagavam a perfeição feminina por serem capazes de



proporcionar tudo o que a deusa também podia (ANGELIN, 2014, pág. 5).

O Ecofeminismo evidencia que a razão para a desvalorização feminina e ambiental, que ocorreu com o passar do tempo, foi a cultura patriarcalista e o capitalismo. O homem, acreditado em sua superioridade, criou ilusões para justificar sua superioridade: o sexo, a cor, a religião e a raça humana, buscando formar a ideia do homem como centro do universo e os demais como seus servos (JUNIOR, s/d, p. 1). Neste norte, o Ecofeminismo mostra que tanto as mulheres quanto o ambiente merecem valorização e proteção, como iguais, já que o mundo não é servo do homem, e as mulheres são iguais a eles (CATHCART, 2015).

Os movimentos feministas engajados com ativistas como Simone de Beauvoir (1991), trouxeram uma nova perspectiva do papel feminino na sociedade. Entretanto, as mulheres ainda buscavam uma forma de destaque social, no mercado de trabalho e na política, já que subjugadas ao homem. Importante ressaltar que somente o combate a sua vitimização não as agradava, por entenderem que era necessário evidenciar sua capacidade para além dos limites do lar. Nesse contexto, surgiu a intenção de proteção ao meio ambiente, no século XX, mais exatamente ao final da década de 1960, na sociedade internacional, cenário ideal para os

anseios femininos de atuação extra lar. Assim, em 1962, surgiu uma das primeiras ideias feministas de proteção ao meio ambiente, que se tornou mundialmente popular, por Raquel Carlson, que publicou seu livro *Silent Spring* (BRÜMMER, 2010), que produziu grande reação de mulheres ao redor do mundo, no sentido da concretização do Ecofeminismo, como teoria a ser trabalhada em prol do meio ambiente pela ação das mulheres.

Em seu artigo sobre a valorização da mulher através do Ecofeminismo, Angelim (2014) discorre sobre as ideias de Nancy Fraser, sobre como atingir a valorização da mulher através de causas ambientais. Para a segunda, o importante é mostrar para os homens que o grupo é capaz e, não apenas, que é igual:

Para Fraser as demandas por reconhecimento fazem parte de um processo de evolução da sociedade capitalista pós-socialista, sendo que as lutas por redistribuição foram ressignificadas pela política de reconhecimento. Assim, os movimentos feministas foram, em grande parte, redirecionados para o imaginário culturalista, voltando-se incisivamente para as questões identitárias.

O discurso ecofeminista fraseano chama à atenção para o reconhecimento identitário, a exploração capitalista patriarcal, que subjugava as mulheres e afastava-as do acesso aos bens e recursos. Fraser considera que, “[...] o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição de membros do grupo como



parceiros integrais da interação social” (ANGELIM, 2014, p. 21), o que representa o exercício da cidadania pelas mulheres. Nesse sentido, Astelarra (2009) afirma que a proposta do feminismo moderno quanto à cidadania aponta para o aprofundamento da democracia e das formas de extensão a todas as esferas de atividades sociais, nelas incluídas as atividades as quais se dedicam as mulheres, dentre elas aquelas relativas ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais que envolvem a causa feminina e ecológica, necessitam de maior destaque, evidenciando o importante papel da mulher nas causas em prol do meio ambiente, principalmente, através da política, caminho considerado de maior força para que as demandas por socorro ecológico possam ser efetivadas por mulheres. Engajadas no processo democrático, defendendo ideais ecológicos as mulheres rumam para a ratificação das relações entre o feminino e a própria natureza. Políticas voltadas à proteção do planeta e à proteção das mulheres trariam, oficialmente, a ideia de que todos são iguais. Nesse cenário, as mulheres estariam se insurgindo contra o poder e a dominação masculina, participando de ações de busca de respostas por parte do Estado, provando seu

determinado valor como contribuintes sociais (ANGELIM, 2014).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Alves; PEDRO, Antônio Fernando Pinheiro. *Mulheres buscam igualdade e equilíbrio*. Disponível em: < <http://www.ambientelegal.com.br/ecofeminismo/> > acesso em 05/03/2016, 16:34.

ANGELIM, Rosângela. *Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero*. Disponível em < <file:///C:/Users/natha/Downloads/6751-18251-1-SM.pdf> > acesso em 24/04/2016, 14:46.

ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera. *Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental*. Disponível em < <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Livro-Mulher-Trabalho-e-Justi%C3%A7a-Socioambiental.pdf> > acesso em 24/04/2016, 22:07.

ASTELARRA, Judith. *Veinte Años de Políticas de Igualdad - Feminismos*. Madrid (ES): Fuenlabrada, 2009.

ATITUDE, Compromisso e. Dados Nacionais sobre Violência Contra Mulheres. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contr-a-mulher/> >. Acesso em 04/04/2016, 12:03.

BARQUET, Marcela. *Movimentos Ambientalistas no Brasil*. Disponível em < <http://reciclandoasideias.blogspot.com.br/2010/05/movimentos-ambientalistas-no-brasil.html> > acesso em 24/04/2016, 20:07.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

_____. *O Segundo Sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O Segundo Sexo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BRÜMMER, Simone. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/18162/historico-dos-movimentos-internacionais-de-protecao-ao-meio-ambiente> (2010) > acesso em 24/04/2016, 14:37.

CANCIAN, Renato. *Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa*. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm> (2008) > acesso em 05/03/2016, 16:16

CAPRA, Fritjof. *Ecofeminismo*. Disponível em < <http://pandora-e-sua-caixa.blogspot.com.br/2010/11/ecofeminismo.html> > acesso em 24/04/2016, 21:36.

CATCHCART, Spencer. *The lie we live*. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ipe6CMvW0Dg> (2015) > acesso em 24/04/2016, 14:22.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero uma Perspectiva Global*. 1 ed. São Paulo: Versus, 2015.

DOUGLAS, Marcio. O que é justiça ambiental?. Disponível em < <http://esmonteiro.blogspot.com.br/2011/10/o-que-e-justica-ambiental.html> > acesso em 24/04/2016, 20:50.

GIL, Antônio Carlos. *Técnicas de pesquisas em Economia*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GOLDBLUM, Caroline. *Françoise d'Eaubonne, une intellectuelle*. Disponível em:

<<https://genrehistoire.revues.org/1215>>(2010) acesso em 03/03/2016, 15:53.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. *Patriarcalismo*. Disponível em < <http://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/> > acesso em 04/04/2016, 13:17.

LAGARES, Luciano. *O que são os créditos de carbono?*. Disponível em < http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_260001.shtml (2007) > acesso em 24/04/2016, 21:18.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Metodologia Científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MILES, Kathryn. *Ecofeminsm*. Disponível em: < <http://global.britannica.com/topic/ecofeminism#ref1187988> > acesso em 05/03/2016, 16:51.

PORTO, Marcelo Firpo. *Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil*. Disponível em < <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewFile/742/752>, 2009. Acesso em 24/0/2016, 21:09.

RAMOS, Felipe Pitaro. *Injustiça ambiental: um estudo do caso do Bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro*. (2014). Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13397/Injusti%C3%A7a%20Ambiental%20-%20Ramos%2c%20Felipe%20Pitaro.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

RODREGUES, Daniel Levi de F. *Movimentos ecológicos e direito ambiental*. Disponível em < <file:///C:/Users/natha/Downloads/NAEA.pdf> > acesso em 24/04/2016, 18:21.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

RODRIGUES, Graciela. *Eco-feminismo: superando a dicotomia natureza/cultura.2000*. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>> acesso em 04/03/2016, 14:09.

SOUZA, Marinella. *Opressão Contra Mulher ainda é uma Realidade*. Disponível em <<http://www.acesa.com/mulher/arquivo/eles/2008/10/02-opressao/>> acesso em 24/04/2016, 19:20.

TEIXEIRA, Máira. *84% dos moradores de favelas dizem sofrer preconceito, aponta pesquisa*. Disponível em <<http://economia.ig.com.br/2015-03-04/84-dos-moradores-de-favelas-dizem-sofrer-preconceito-aponta-pesquisa.html>> acesso em 24/04/2016, 22:29.

TORRES, Mercé Rivas. *Vandana Shiva*. Disponível em:<http://www.1325mujerestejiendolapaz.org/sem_vandana.html>(2015) . Acesso em 03/03/2016, 14:52.

VILLOTA, Paloma. *LasMujertes y La Ciudadaníaenel Umbral Del Siglo XXI*. Madrid(ES): Editorial Complutense, S/A, 1998.

